



**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DESIGUALDADES  
SOCIOESPACIAIS: considerações sobre o Programa Minha Casa  
Minha Vida na cidade de Ananindeua, Pará**

**URBAN SPACE PRODUCTION AND SOCIO-SPATIAL INEQUALITIES:  
considerations on the 'Minha Casa Minha Vida' Program in the city of Ananindeua  
in Pará State**

**LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO Y LAS DESIGUALDADES  
SOCIO-ESPACIALES: consideraciones sobre el Programa 'Minha Casa Minha  
Vida' en la ciudad de Ananindeua, estado de Pará**

---

**Márcio Rubens dos Santos Cardoso**

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA.  
mrciorubens@hotmail.com

---

**Recebido para avaliação em 04/04/2017; Aceito para publicação em 16/11/2017.**

---

**RESUMO**

A produção da moradia e política habitacional no Brasil, no âmbito do espaço urbano, tem se realizado de maneira articulada entre o poder público e agentes econômicos, desde a década de 1960. No âmbito dos processos e dinâmicas socioespaciais contemporâneos, as políticas habitacionais têm contribuído para uma produção desigual do espaço urbano das cidades marcada por uma hierarquização e fragmentação do espaço pelo setor imobiliário. Na escala nacional, o Governo Lula definiu medidas para preservar a economia brasileira, apostando, inclusive, no setor habitacional. Assim, no início de 2009, foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Na escala local, a cidade de Ananindeua passa a ser um espaço estratégico no âmbito dos investimentos do PMCMV. Este artigo, portanto, pretende analisar o PMCMV e suas implicações na produção de desigualdades socioespaciais na cidade de Ananindeua (Pará) até o ano de 2016. Defendemos a ideia de que o PMCMV interfere na produção de desigualdades socioespaciais na cidade de Ananindeua (Pará) como expressão de uma produção desigual do espaço urbano. Para esta pesquisa, efetuamos levantamento e análise bibliográfica, pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas, produção cartográfica e registros fotográficos.

**Palavras-chave:** Produção do Espaço Urbano; Desigualdade Socioespacial; Programa Minha Casa Minha Vida; Ananindeua.

**ABSTRACT**

The production of dwelling and housing policy in Brazil within the urban space has been carried out in an articulated way between the public power and economic agents since the decade of the 1960s. In the context of contemporary socio-spatial processes and dynamics, housing policies have contributed to an unequal production of the urban space of cities marked by a hierarchy and fragmentation of space by the real estate sector. In the national scale, the Lula government defined measures to preserve the Brazilian economy, betting on the housing sector. Thus, in early 2009, the “Minha Casa Minha Vida Program” (PMCMV) was launched. On the local scale, the city of Ananindeua becomes a strategic space without PMCMV investment rights. This article, therefore, intends to analyze the PMCMV and its implications in the production of social and spatial inequalities in the city of Ananindeua (Pará) until the year 2016. We defend the idea that PMCMV interferes in the production of socio-spatial inequalities in the city of Ananindeua (Pará) as an

expression of an unequal production of urban space. For this research, we performed a survey and bibliographic analysis, field research, semi-structured interviews, cartographic production and photographic records.

**Keywords:** Production of Urban Space; Socio-spatial Inequality; Minha Casa Minha Vida Program; Ananindeua.

### RESUMEN

La producción de la vivienda y política habitacional en Brasil, en el ámbito del espacio urbano se ha realizado de manera articulada entre el poder público y los agentes económicos, desde la década de los años 1960. En el marco de los procesos y dinámicas socioespaciales contemporáneas, las políticas habitacionales han contribuido a una producción desigual del espacio urbano de las ciudades marcado por una jerarquización y fragmentación del espacio por el sector inmobiliario. En la escala nacional, el Gobierno Lula definió medidas para preservar la economía brasileña, apostando incluso en el sector habitacional. Así, a principios de 2009, se lanza el Programa Mi Casa Mi Vida (PMCMV). En la escala local, la ciudad de Ananindeua, pasa a ser un espacio estratégico en el marco de las inversiones del PMCMV. Este artículo, por lo tanto, pretende analizar el PMCMV y sus implicaciones en la producción de desigualdades socioespaciales en la ciudad de Ananindeua (Pará) hasta el año 2016. Defendemos la idea de que el PMCMV interfiere en la producción de desigualdades socioespaciales en la ciudad de Ananindeua (Pará) como expresión de una producción desigual del espacio urbano. Para esta investigación, efectuamos levantamiento y análisis bibliográfico, investigación de campo, entrevistas semiestructuradas, producción cartográfica y registros fotográficos.

**Palabras clave:** Producción del Espacio Urbano; Desigualdad Socio-espacial; Programa Minha Casa Minha Vida; Ananindeua.

---

### INTRODUÇÃO

A produção da moradia e política habitacional no Brasil, no âmbito do espaço urbano, tem se realizado de maneira articulada entre o poder público e os agentes econômicos desde os anos 1960 (BOLAFFI, 1982; CARDOSO & ARAGÃO, 2013).

No âmbito dos processos e dinâmicas socioespaciais contemporâneas, as políticas habitacionais têm contribuído para uma produção desigual do espaço urbano das cidades, marcada por uma hierarquização e fragmentação do espaço pelo setor imobiliário. Segundo Rodrigues (2015), estaríamos diante de um produto do processo de produção e apropriação do espaço que indicam/revelam/produzem desigualdades socioespaciais no espaço urbano das cidades.

Partindo da prerrogativa do espaço urbano como produto e produtor de desigualdades socioespaciais, do Estado na condição de importante agente produtor do espaço (CORREIA, 1995) e de um cenário de crise econômica mundial desencadeada em 2008, consequência do estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos por meio dos mercados *subprime* (FIX, 2011), o Governo Lula definiu medidas para preservar a economia brasileira, apostando, inclusive, no setor habitacional.

Assim, no início de 2009, foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O PMCMV insere-se num projeto político mais amplo, que tem na indústria da construção civil elemento-chave para dinamização da economia e o consumo como principal mecanismo de inclusão social (ARANTES; FIX, 2009; CARDOSO & JAENISCH, 2014).

Na escala local, Ananindeua, município que contempla a Região Metropolitana de Belém (mapa1), passa a ser um espaço estratégico no âmbito dos investimentos do PMCMV. Pesquisas documentais, a Secretaria de Habitação de Ananindeua (SEHAB) e dados coletados juntamente ao Ministério das Cidades revelam que esta cidade recebeu os maiores investimentos do Estado do Pará pelo programa.

Este artigo, portanto, pretende analisar o PMCMV e suas implicações na produção de desigualdades socioespaciais na cidade de Ananindeua (Pará) até o ano de 2016. Defendemos a ideia de que o PMCMV interfere na produção de desigualdades socioespaciais na cidade de Ananindeua (Pará) como expressão de uma produção desigual do espaço urbano.



Figura 1 – Mapa de localização do município de Ananindeua na RMB.

Fonte: Datum: SIRGAS 2000; IBGE, 2010.

Para esta tarefa, fizemos levantamento bibliográfico sobre o tema, análise de dados referente ao programa (site do programa) e coleta de informações junto à Secretaria Municipal de Habitação a respeito da produção habitacional no município; pesquisa de campo (com observações sistemáticas qualitativas e registros fotográficos) e entrevistas semiestruturadas com moradores e representantes comunitários de alguns dos empreendimentos.

Como fio condutor analítico e teórico para o debate ao longo deste artigo, destacamos, entres outros citados, as contribuições de Lefebvre, Fani, Harvey, Sposito, Bolaffi, Cardoso, Rolnik e Fix.

Além da introdução e reflexões finais, o artigo está estruturado da seguinte maneira: Considerações teóricas a respeito da produção do espaço urbano, sua expressão desigual, e sua relação com as políticas habitacionais até então implementadas no Brasil. Após essas informações de caráter teórico, há uma reflexão teórico-metodológica sobre o debate de desigualdades socioespaciais.

Por fim, fizemos a relação entre o PMCMV e a produção de desigualdades socioespaciais na cidade de Ananindeua (Pará) em três momentos. No primeiro, refletiremos sobre a origem e natureza como medida anticíclica em âmbito nacional. No segundo, a partir da escala local, iremos expor os números do PMCMV e os desafios da questão da moradia na cidade de Ananindeua. No terceiro momento, estabeleceremos a relação entre o PMCMV e a produção de desigualdades socioespaciais na cidade de Ananindeua.

## **AS POLÍTICAS HABITACIONAIS SOB A ÓTICA DA PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO**

A perspectiva analítica sobre política habitacional e sua relação com a produção de desigualdades socioespaciais no espaço urbano de Ananindeua não pode ser desatrelada dos agentes sociais produtores do espaço, pois se a produção do espaço urbano acontece a partir das relações sociais de reprodução, ela se torna mais concreta e recebe seu conteúdo por meio de algumas questões como *quem produz? O quê? Por que e para quem?* (LEFEBVRE, 2013, p. 126, tradução nossa).

Segundo Roberto Lobato Corrêa (1995), os agentes produtores do espaço urbano seriam: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os

proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos.

Do ponto de vista de Carlos (2011), a produção do espaço deve considerar os “sujeitos da produção”, visão que corrobora a concepção apresentada por Corrêa (1995). Segundo essa estudiosa, a produção do espaço possui sujeitos da ação, são eles:

O Estado, a quem cabe à dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução continuada (e aqui nos referimos às frações do capital, o industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como o mercado imobiliário); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação. Esses níveis correspondem àqueles da prática socioespacial real (objetiva e subjetivamente) que ganha sentido como produtora dos lugares encerrando em sua natureza um conteúdo social dado pelas relações sociais que se realiza num espaço-tempo determinado, como um processo de produção, apropriação, reprodução da vida, da realidade e do espaço em seus descompassos, portanto fundamentalmente em suas contradições (CARLOS, 2011, p. 64).

Por sua vez, Corrêa (2011) faz esta relação privilegiando a escalaridade da ação dos agentes produtores do espaço urbano, que são concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (Ibidem).

Sobre os agentes sociais da produção do espaço, o autor mostra que os mesmos

Estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muito eles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano (CORRÊA, 2011, p. 43-44).

Tal compreensão permite desvendar os processos constituintes da produção do espaço urbano das cidades em articulação com diferentes escalas espaciais e níveis da realidade (econômico, político e social) dentro do atual processo de reprodução da sociedade capitalista.

Sendo assim, queremos destacar o Estado na posição de importante agente produtor do espaço urbano e de como a força estatal interfere nas cidades criando e reforçando novas centralidades, como estratégias de dominação mantidas sob a égide da lógica do capital. O Estado, portanto, entra em articulação com o capital, assegurando as condições de sua reprodução. A produção imobiliária e da moradia são expressões da produção do espaço construído que ratificam esta relação entre Estado e reprodução do capital.



Lefebvre (1976) via na produção imobiliária e da moradia um refúgio para conter a queda das taxas médias de lucro e, ao mesmo tempo, dar continuidade à reprodução ampliada do capital. Tal perspectiva nos permite refletir sobre a estreita relação entre a produção do espaço urbano e a reprodução ampliada do capital. Segundo Harvey (2012), as cidades emergem da concentração social e geográfica do produto excedente.

a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo (HARVEY, 2012, p. 74).

A produção do espaço urbano é fundamental para o processo de acúmulo de capital, principalmente em momentos em que o sistema capitalista entra em colapso diante das crises de superacumulação de capital. O capital, portanto, produz seu espaço no sentido de manter suas taxas médias de lucro.

A produção do espaço construído a partir da produção imobiliária e da moradia é tida como fator de *ajuste espacial* (HARVEY, 2005) para sustentar a reprodução ampliada do capital.

Cabe aqui indagar de que maneira o Estado, como agente produtor do espaço, interfere neste processo.

Com relação à produção imobiliária e de moradia, o Estado interfere na produção do espaço por meio de ações e regulamentações, com obras de infraestrutura e de equipamentos coletivos, leis de zoneamento e políticas habitacionais.

Sobre as políticas habitacionais no Brasil, Bolaffi (1982) defende que, desde o regime militar, elas vêm se constituindo como “problema” e falso “problema”. “Problema” na forma de um discurso prioritário dos governos federais e “falso problema” como realidade e prática. O “falso problema” é reflexo de um processo revelador de uma produção desigual do espaço urbano.

Associa-se ao discurso do problema habitacional, uma “ideologia da habitação popular”, a casa própria e a aspiração popular que os cerca. Torna-se o sucesso da conquista e melhora de acesso a crédito e bens materiais para as classes média e baixa. Assim, o âmbito do espaço urbano torna-se favorável à realização de um processo combinado entre o poder público e investimentos econômicos na definição de uma política habitacional direcionada para o fortalecimento do acúmulo e reprodução do capital.

As recentes políticas habitacionais do governo federal, como o Programa Minha Casa Minha Vida (baseadas no apoio à produção de moradia para faixas salariais historicamente fora do mercado), não estão imunes à lógica do capital. Mais adiante, serão abordadas as relações entre este programa e a produção de desigualdades socioespaciais no espaço urbano, momento em que as perspectivas teóricas se entrelaçam com a abordagem empírica.

## DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

O conjunto de determinações que constituem a produção desigual do espaço urbano e sua relação com as políticas habitacionais conduz também em abordar alguns elementos com relação ao processo de desigualdade socioespacial.

Para iniciar o debate, iremos lançar mão das contribuições de Neil Smith (1988) e David Harvey (2011, 2013), e suas definições do que ficou conhecido como *Desenvolvimento geográfico desigual*. Esses dois autores foram fundamentais na condução da questão das desigualdades socioespaciais para o centro do debate na Geografia.

Segundo Smith (1988), a produção do espaço pelo viés do capital é a base para se compreender as relações entre espaço absoluto e relativo, as tendências de diferenciação e universalização. Isso tudo faz parte de uma manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo que é chamado de *desenvolvimento geográfico desigual*<sup>1</sup>. A desigualdade, segundo esta perspectiva, é funcional ao capital, pois atende a sua própria lógica de acumulação.

É por meio da dialética envolvendo os processos de igualização e diferenciação que se evidencia o caráter contraditório da produção do espaço e é por intermédio deste caráter que o autor irá discutir o chamado desenvolvimento desigual.

Por sua vez, David Harvey (2011) concebe o *desenvolvimento geográfico desigual* a partir da mudança das escalas e de diferenciações geográficas.

Sobre a mudança das escalas, o autor advoga da seguinte maneira:

---

<sup>1</sup> Esta noção foi proposta no contexto da Revolução Russa de 1905 e das desigualdades socioeconômicas no desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Iniciado por Lênin a noção de *desenvolvimento desigual* ganhou um significado mais preciso pelas formulações de Trotsky: *o desenvolvimento desigual e combinado*. Neil Smith atenta que o conceito de desenvolvimento desigual é empregado de vários modos (econômico, político e filosófico) e no seu caso, se restringe a base econômica do desenvolvimento desigual para fazer suas análises (SMITH, 1988, p. 150).

Os seres humanos costumam produzir uma hierarquia acomodada de escalas espaciais com que organizar suas atividades e compreender seu mundo. Lares, comunidades e nações são exemplos óbvios de formas organizacionais contemporâneas existentes em diferentes escalas. Intuímos de imediato no mundo de hoje que o caráter das coisas se afigura distintos quando analisado nas escalas global, continental, nacional, regional, local ou do lar/pessoal. O que parece relevante ou faz sentido numa dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra. Sabemos, não obstante, que não se pode entender o que acontece numa dada escala fora das relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas – comportamentos pessoais (por exemplo, dirigir automóveis) produzem (quando agregados) efeitos locais e regionais que culminam em problemas continentais, de, por exemplo, depósitos de gases tóxicos ou aquecimento global. Mas essa decomposição intuitiva é imprópria, pois dá a impressão de que as escalas são imutáveis ou mesmo totalmente naturais, em vez de produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas (HARVEY, 2011, p. 107-108).

#### A respeito das diferenciações geográficas:

O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos dos recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva de formas sociais (línguas, instituições políticas e valores e crenças religiosos) inseridas integradamente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida socioecológicos. Esse mosaico é ele mesmo um “palimpsesto”- composto de acréscimos históricos de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas uns sobre os outros, tal como ocorre com as diferentes contribuições arquitetônicas de diferentes períodos que se distribuem em camadas nos ambientes construídos de cidades contemporâneas de origem antiga. (...) Esse mosaico geográfico é uma criação, aprofundada pelo tempo, de múltiplas atividades humanas (HARVEY, 2011, p. 110-111).

Para este geógrafo, as *diferenciações geográficas* vão além de mera diferenciação de áreas ou legados da ocupação humana da superfície terrestre (legados materiais, históricos, culturais e políticos), tais processos são reproduzidas continuamente e reconfiguradas por meio de processos políticos, econômicos e sociais que ocorrem no momento presente. Tanto a questão escalar quanto a diferenciação geográfica são analisadas como expressão do movimento dialético que constitui o processo de produção do espaço.

Harvey (2011) explicará os processos de diferenciação socioespacial a partir do conceito de desenvolvimento geográfico desigual, considerando-o como um processo mais pleno que permite melhor compreender as contradições hoje existentes no âmbito da lógica capitalista. Dentro desta concepção, o capitalismo produziria novas formas de diferenciação geográfica, ativamente produzidas, pois o processo de acumulação tem



relação com as temporalidades e sua realização no meio geográfico, ou seja, a organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições do capital.

Os processos de acumulação e desvalorização modificam a configuração territorial de determinado espaço e contribuem para a concentração e dispersão geográfica do capital.

O processo dialético que acontece dentro da sociedade e da acumulação do capital contém e está contido no espaço. David Harvey reflete como isso se efetiva na escala do lugar, da região e das lutas que são travadas entre o que ele denomina como “facções do capital”, Estado local e classe trabalhadora dentro de um território em particular. O autor mostra os interesses desses agentes com relação ao capital e suas contradições. Existe, portanto, uma tensão envolvendo capital imóvel e circulação do capital, compromissos e interesses locais e interesses globais.

Essas tensões resultam na criação de estruturas organizacionais hierárquicas. Os conflitos, tensões e as crises econômicas se desenvolvem dentro dessas estruturas organizacionais nas suas várias escalas: local, regional, nacional e internacional.

O autor coloca, a partir daí, como tarefa, integrar a geografia do desenvolvimento desigual na teoria da crise. É o que ele chama de “terceiro recorte”, sendo o primeiro as contradições internas do capitalismo e o segundo as dinâmicas temporais moldadas e mediadas a partir de arranjos financeiros e monetários.

Segundo o autor, o movimento contraditório desses elementos tem efeitos nos padrões de desenvolvimento desigual.

Já Ivo Theis (2009) irá propor uma revisitação da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, destacando sua contribuição para o enfoque do desenvolvimento geográfico desigual. Segundo o autor, esta teoria é mais focada na esfera política, mais especificamente na relação entre a formação social periférica e autonomia política.

Segundo o autor, as mercadorias - isto é, os processos - não estão fora do espaço. A partir do pressuposto da diferenciação do espaço geográfico, o desenvolvimento geográfico desigual se revela nas tecnologias (que ampliam a diferenciação do espaço) e na divisão territorial do trabalho, que abarca mais do que *localizações* ou escala internacional dos mercados. Isto significa que há uma “divisão global entre mundo desenvolvido e mundo subdesenvolvido”.

Por sua vez, Fani (2007) considera o processo de desigualdade socioespacial como centro explicativo da diferenciação socioespacial. Segundo a autora, a produção do espaço no seio da sociedade capitalista tem como fundamento a desigualdade e a diferenciação

socioespacial, que resulta em produto social de contradições, materializado na escala das cidades.

Desse modo a prática socioespacial fundada na desigualdade concreta e real propõe a realização da diferença num outro plano, contestando, de um lado, a redução do humano e da vida na cidade ao mundo da mercadoria, que produz a “cidade como negócio” (o crescimento como estratégia da reprodução espacial) e de outro, mas a ela associado, o planejamento do espaço sob a lógica do econômico posto que a condição do lugar na sua inserção à lógica global, produtora (também ela) de diferenciações, aprofunda a contradição entre espaços integrados/desintegrados à globalização (...). Portanto, a diferenciação se estabelece e se realiza, a partir do lugar, entre escalas e em cada uma delas (FANI, 2007, p. 49).

Discutindo a produção do espaço urbano, Sposito (2011) atenta para a necessidade de articulação entre as escalas geográficas e as dinâmicas de produção do espaço urbano, que revelam as diferenciações e desigualdades socioespaciais. Segundo a autora, a diferenciação socioespacial seria a marca das cidades desde os primórdios da urbanização. As cidades seriam, em parte, produto da divisão social e territorial do trabalho ao longo do processo de urbanização.

É fundamental, para Sposito, entender as relações e distinções entre diferenciação e desigualdade socioespacial, destacando a ampliação dos espaços sob o domínio do modo capitalista de produção, para o entendimento dos processos de produção do espaço urbano, das cidades e das redes urbanas em uma análise multiescalar.

Diferenciação e desigualdades socioespaciais seriam pares dialéticos no entendimento da produção do espaço urbano. Assim, as diferenças se transmutam em desigualdades e as desigualdades revelam as diferenças de poder de consumo e de acesso e “direito” à cidade.

Na perspectiva da produção social do espaço urbano e do entendimento dos processos de desigualdade e diferença nas relações sociais de produção, a cidade é a expressão e o lócus dessas manifestações.

O espaço urbano e suas expressões passam atualmente por um embate entre o valor de troca e o valor de uso, o que nos ajuda a compreender os processos de diferença e desigualdade, em que a diferença é expressão de transformação feita pelos agentes sociais e a desigualdade implica conflitos, segregações e fragmentações.

As contribuições de Harvey (2011), Sposito (2011) e Fani (2007) permitem um alinhamento no sentido de compreender de que maneira a desigualdade socioespacial, como uma perspectiva protagonista, afeta a produção do espaço urbano, principalmente no contexto metropolitano amazônico, no qual está inserida a cidade de Ananindeua.

Considerando a produção do espaço urbano no contexto do modo de produção capitalista, as articulações entre as escalas e as particularidades das cidades, como se pode analisar a produção habitacional (via política habitacional) como fator que interfere na produção de desigualdades socioespaciais na cidade de Ananindeua?

## **O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE ANANINDEUA (PA)**

A cidade de Ananindeua vem passando por transformações aceleradas em sua dinâmica urbana nas últimas décadas. Essas mudanças estão associadas à produção da habitação, resultado de uma urbanização do território e de seu estágio mais avançado – o da metropolização do espaço (LENCIONI, 2013), bem como de uma produção do espaço urbano pelos seus agentes e sujeitos (FANI, 2011), com destaque aqui para a atuação do Estado.

Partindo da prerrogativa do espaço urbano como produto e produtor de desigualdades socioespaciais, e que o Estado é um importante agente produtor do espaço (CORRÊA, 1995), queremos nesse artigo fazer uma relação entre o Programa Minha Casa Minha Vida e produção de desigualdades socioespaciais na cidade de Ananindeua (Pará). Antes disso, vamos fazer breves considerações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, tem, segundo o governo federal, o objetivo de dar acesso à moradia para famílias de baixa renda, como forma de diminuir o déficit habitacional do país, além de contribuir para a geração de emprego e renda para a construção civil e atividades direta e indiretamente ligadas a ela.

Segundo Rolnik (2015), em sua primeira fase, compreendida entre março de 2009 e meados de 2011, estabeleceu-se como meta a construção de um milhão de novas moradias. Em sua segunda fase, iniciada em meados de 2011 e prevista para se estender até o final de 2014, dobrou-se a meta da primeira fase, prevendo-se a construção de mais dois milhões de unidades habitacionais. Atualmente, o programa encontra-se em sua terceira fase. A meta é entregar, até 2018, dois milhões de moradias populares. No entanto, o atual governo propôs uma redução da meta estipulada pelo governo anterior (três milhões de moradias) para a construção de novas unidades, prevendo uma estimativa inicial de um milhão de moradias.

O programa é organizado através de faixas salariais. Em sua terceira fase (lançado em março de 2016), o governo federal propôs algumas mudanças no que diz respeito às faixas de renda para financiamento do programa: A faixa 1, destinada a famílias de baixa renda, teve sua faixa de rendimento alterada de até R\$ 1.600,00 para R\$ 1.800,00; a faixa 2 com limite de renda mensal de R\$ 3.275,00 para R\$ 3.600,00 e faixa 3 com limite de renda mensal de R\$ 5.000,00 para R\$ 6.500,00. Além dessas alterações o governo incluiu uma faixa intermediária (faixa 1,5) para famílias com renda mensal de até R\$ 2.350,00 (MINHA CASA MINHA VIDA, 2016).

O PMCMV incidiu de forma impactante no provimento habitacional no território brasileiro. A fase 1 do programa, por exemplo, previa a construção de 1 milhão de unidades habitacionais, o equivalente a pouco mais de 22% da produção em duas décadas do então extinto BNH (4,5 milhões de unidades habitacionais) e subsídios que mobilizou cifras em torno de 34 bilhões de reais, números de fato inéditos na história do país (FIX, 2011).

Apesar dos números significativos que o programa alcançou, diversos autores (ARANTES e FIX, 2009; FIX, 2011; CARDOSO; ARAGÃO & ARAUJO, 2011; CARDOSO & JAENISCH, 2014; ROLNIK, 2015; RUFINO, 2016) mostram os “efeitos colaterais” do programa no que diz respeito à reprodução ampliada do capital, ampliação do mercado especulativo, a questão fundiária e a financeirização da produção da moradia no Brasil<sup>2</sup>.

Do ponto de vista da produção da moradia, qual o objetivo e o impacto do PMCMV diante dos “gargalos” da questão da moradia no Brasil?

Segundo o site do Ministério das Cidades, até então foram entregues em todo o país um total de 3.542,122 unidades habitacionais, de um total de 4.815,417 unidades habitacionais contratadas e um investimento de R\$ 370.871.899.483 bilhões de reais (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2017) (Tabela 1).

A análise da tabela 1 mostra que, do total de unidades contratadas, as regiões Sudeste e Nordeste (regiões que possuem os maiores déficits absolutos do país) possuem os maiores números, concentrando respectivamente, 36,55% e 27,45% das unidades habitacionais contratadas em todo o Brasil pelo PMCMV, seguidos das regiões Sul (18,29%), Centro-Oeste (11,34%) e Norte (6,37%). Na região Norte, o Pará foi o estado que recebeu os maiores investimentos, concentrando aproximadamente 48% das unidades

---

<sup>2</sup> Segundo Rolnik (2015) a *financeirização da produção da moradia* seria um processo que estaria dentro de um domínio crescente de atores, mercados, práticas, narrativas e subjetividades financeiros em várias escalas, o que resulta na transformação estrutural de economias, empresas, Estados e grupos familiares (ROLNIK, 2015, p.27).

habitacionais contratadas, concluídas e entregues e da produção habitacional nacional até então produzida pelo programa (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2017).

Tabela 1 – Relação do número de empreendimentos, unidades habitacionais e valores pelo PMCMV por regiões brasileiras

Região	Faixa	Nº Empreendimentos	Nº Unidades Contratadas	Nº Unidades Concluídas	Nº Unidades Entregues	Valor Contratado (R\$)
CENTRO-OESTE	Faixa 1	1.311	150.023	105.791	94.407	6.921.243.281
CENTRO-OESTE	Faixa 2	711	336.425	303.656	281.342	31.644.856.577
CENTRO-OESTE	Faixa 3	236	59.927	48.142	34.336	4.981.634.943
<b>Total Centro Oeste</b>		<b>2.258</b>	<b>546.375</b>	<b>457.589</b>	<b>410.085</b>	<b>43.547.734.801</b>
NORDESTE	Faixa 1	6.302	705.644	552.534	481.717	28.411.600.745
NORDESTE	Faixa 2	1.324	520.133	462.384	422.854	45.308.645.484
NORDESTE	Faixa 3	394	96.172	63.317	45.336	7.899.188.219
<b>Total Nordeste</b>		<b>8.020</b>	<b>1.321.949</b>	<b>1.078.235</b>	<b>949.907</b>	<b>84.526.699.586</b>
NORTE	Faixa 1	1.754	219.829	147.195	126.241	10.234.011.967
NORTE	Faixa 2	149	59.700	51.923	45.267	5.230.700.939
NORTE	Faixa 3	96	26.466	21.729	14.431	2.157.878.963
<b>Total Norte</b>		<b>1.999</b>	<b>305.995</b>	<b>220.847</b>	<b>185.939</b>	<b>17.622.591.866</b>
SUDESTE	Faixa 1	3.075	492.206	398.921	349.075	27.445.114.984
SUDESTE	Faixa 2	4.172	942.472	788.807	726.272	94.228.315.131
SUDESTE	Faixa 3	1.572	325.677	230.554	178.774	31.538.985.828
<b>Total Sudeste</b>		<b>8.819</b>	<b>1.760.355</b>	<b>1.418.282</b>	<b>1.254.121</b>	<b>153.212.415.943</b>
SUL	Faixa 1	5.857	197.801	171.832	152.625	7.932.902.949
SUL	Faixa 2	2.120	589.577	545.042	522.581	55.262.464.945
SUL	Faixa 3	508	93.365	77.263	66.864	8.767.089.391
<b>Total Sul</b>		<b>8.485</b>	<b>880.743</b>	<b>794.137</b>	<b>742.070</b>	<b>71.962.457.285</b>
<b>Total</b>		<b>20.762</b>	<b>4.815.417</b>	<b>3.969.090</b>	<b>3.542.122</b>	<b>370.871.899.481</b>

Fonte: Ministério das Cidades (2017). Adaptado pelo autor.

É importante salientar que a Região Norte concentra a maior porcentagem do déficit relativo<sup>3</sup> do país (12,4%), mostrando certo desequilíbrio com relação à distribuição dos investimentos e de uma melhor interpretação sobre as especificidades e necessidades habitacionais de cada região do país.

Segundo a Fundação João Pinheiro (2017), dos seis maiores déficits relativos do país, quatro encontram-se em estados que compõem a região Norte: Amazonas (14,1%), Amapá (14%), Roraima (14%) e Pará (13%).

<sup>3</sup> Segundo a FJP (2013), o déficit habitacional dimensiona a carência em relação ao total de domicílios de uma região.

O estado do Pará possui um déficit habitacional de pouco mais de 306 mil domicílios, o maior entre os estados da região Norte e o sexto entre todos os estados da federação (FJP, 2017). Tais números já mostram o tamanho do desafio para o estado com relação ao direito à moradia digna, principalmente para a população de baixa renda.

Uma análise do ponto de vista socioeconômico mostra que, do total do déficit habitacional brasileiro, 83,4% dizem respeito a famílias com renda de até três salários mínimos (FJP, 2016). Nessa faixa de renda, o percentual diminui nas regiões Norte e Nordeste: parte de 79,6% e 89,9%, em 2013, para 79,5% e 88,2% respectivamente. Nas demais regiões – Sudeste, Sul e Centro-Oeste – há uma elevação do déficit habitacional na faixa de renda de até três salários mínimos. Em 2013 era de 82,3%, 76,8% e 83,5% respectivamente e passa para 83,7%, 78,2% e 83,9% em 2014 (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição do déficit habitacional por faixas de renda média segundo regiões geográficas – Brasil (2013-2014)

Especificação	Faixas de renda mensal familiar (em salários-mínimos)							
	2013				2014			
	até 3	mais de 3 a 5	mais de 5 a 10	mais de 10	até 3	mais de 3 a 5	mais de 5 a 10	mais de 10
<b>Norte</b>	79,6	12,2	6,1	2,1	79,5	11,8	6,5	2,2
<b>Nordeste</b>	89,9	5,6	3,3	1,1	88,2	7,0	3,5	1,2
<b>Sudeste</b>	82,3	10,9	5,5	1,2	83,7	10,0	5,2	1,0
<b>Sul</b>	76,8	14,4	7,1	1,7	78,2	13,1	6,4	2,3
<b>Centro-Oeste</b>	83,5	8,0	5,9	2,5	83,9	8,8	5,0	2,4
<b>Brasil</b>	83,4	9,9	5,2	1,5	83,9	9,7	5,0	1,4

Fonte: Fundação João Pinheiro (2016). Adaptado pelo autor.

Na escala do território paraense, 78,8% do déficit concentram-se na faixa populacional que ganha até três salários mínimos, registrando uma redução em relação ao ano de 2013 que era de 82,3%. Já na Região Metropolitana de Belém, houve também uma leve redução do déficit na faixa de até três salários mínimos no período de 2013-2014, passando de 80% para 79,5% (FJP, 2016).

Os números indicam, portanto, uma distribuição desigual no que diz respeito à questão da moradia, principalmente para a população de baixa renda. Esses números se tornam mais alarmantes quando adentrarmos na esfera metropolitana, mas especificamente na escala local da cidade de Ananindeua.

Na escala local, Ananindeua configura-se como o município com o segundo maior déficit habitacional do estado (28.027), perdendo apenas para a capital belemense (61.695) (ANANINDEUA, 2012; LIMA NETO; FURTADO & KRAUSE, 2013).



São números impactantes que mostram a dimensão dos desafios da provisão habitacional, sobretudo no atual contexto em que a produção habitacional se tornou um ativo articulado com os grandes circuitos financeiros globais com rebatimentos na produção do espaço urbano das cidades.

Sendo assim, diante dos números apresentados e dos desafios da produção da moradia no país, como vem se configurando a produção da moradia em Ananindeua a partir do PMCMV?

Segundo o Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará – SINDUSCON, até o ano de 2015, o PMCMV totalizou 131 empreendimentos, resultando na produção 79.785 unidades habitacionais (RODRIGUES, 2016b). Para o caso de Ananindeua, município localizado na Região Metropolitana de Belém, foram 18 empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida até 2015, totalizando um conjunto de 9.147 unidades habitacionais (RODRIGUES, 2016a), superando o número de unidades produzidas pela capital paraense, Belém, que apresentou 11 empreendimentos e respondeu por 9.038 unidades habitacionais produzidas.

Em 2016, a partir de levantamentos preliminares junto a Secretaria Municipal de Habitação de Ananindeua (SEHAB) e Caixa Econômica Federal (CAIXA), considerando todas as faixas salariais do programa, identificamos que, entre empreendimentos entregues, em execução ou em negociação, há um total de 56 empreendimentos somente no município de Ananindeua desde o início do programa, que já se encontra em sua terceira fase. São números que fazem de Ananindeua o maior conjunto habitacional do Estado.

Sendo assim, considerando a produção habitacional do PMCMV em Ananindeua, qual a relação entre este programa e as desigualdades socioespaciais?

Considerando a complexidade inerente ao processo de produção e reprodução do espaço urbano e das determinações regidas pelo modo de produção capitalista, podemos dizer que as dinâmicas socioespaciais contemporâneas são produto do processo de produção e apropriação do espaço, reveladores de desigualdades socioespaciais no espaço urbano das cidades (RODRIGUES, 2015).

Neste contexto, as proposições analíticas de Smith (1988), Harvey (2011) e Sposito (2011) nos permitem concluir que o PMCMV faz parte de um conjunto de práticas espaciais que interferem na produção de desigualdades socioespaciais no espaço urbano. Sob a égide do capital financeiro, o espaço é produzido, e tem como fator de ajuste espacial (HARVEY, 2005) a promoção imobiliária e a moradia.

Para as pretensões deste artigo, consideramos importante evidenciar a estreita relação entre o PMCMV e a produção de desigualdades socioespaciais em Ananindeua, a partir das leis de zoneamento do município e a localização dos empreendimentos do Programa (Figura 2).

No caso de Ananindeua, por intermédio da lei nº 2.380, de 09 de julho de 2009, foi instituída a lei de macrozoneamento urbano e rural do município em conformidade com o seu Plano Diretor. Com relação ao macrozoneamento urbano, a lei especifica as seguintes áreas:

I - macrozonas de urbanização preferencial;

II - macrozonas de reurbanização;

III - macrozonas de urbanização restrita;

§ 1º - As macrozonas de urbanização preferencial são as destinadas:

I - ao aproveitamento adequado de terrenos não edificados, subutilizados ou não utilizados, observando o disposto no art. 182, § 4º, I, II, e III, da Constituição Federal;

II - à implantação prioritária de equipamentos urbanos e comunitários;

III - ao ordenamento e direcionamento da urbanização.

§ 2º - As macrozonas de reurbanização são as que para a melhoria das condições urbanas exigem um projeto urbanístico para recuperação ou substituição da situação existente.

§ 3º - As macrozonas de urbanização restrita são aquelas destinadas a preservação ambiental, em que a ocupação deve ser desestimulada ou contida, em decorrência de:

I - necessidade de preservação de seus elementos naturais;

II - vulnerabilidade a intempéries, calamidades e outras condições adversas;

III - necessidade de proteção ambiental e de preservação do patrimônio;

IV - proteção aos mananciais, margem de rios, igarapés e furos (ANANINDEUA, 2006).

A partir do mapa - e de forma preliminar - podemos concluir que a maior parte dos empreendimentos destinados à população de baixa renda localiza-se em espaços correspondentes às macrozonas de urbanização, áreas prioritárias para a requalificação da infraestrutura urbana e sanitária nos bairros que aí se encontram.

Com relação às faixas 2 e 3, podemos observar uma quantidade significativa de empreendimentos localizados em espaços correspondentes à macrozona de urbanização preferencial. Além disso, boa parte desses empreendimentos estão localizados em regiões próximas aos principais eixos de circulação, expansão urbana e articulação com a metrópole belemense (Rodovia Mário Covas, Avenida Independência e Rua Cláudio Sanders, por exemplo).

A localização, em face da produção de moradia pelo PMCMV em Ananindeua, permite entendê-la como expressão de uma produção desigual do espaço, dotadas de

processos de diferenciação e produção de desigualdades socioespaciais (RODRIGUES, 2015; SPOSITO, 2011). Algumas observações em campo (ainda em curso) permitem identificar elementos que evidenciam tal relação.

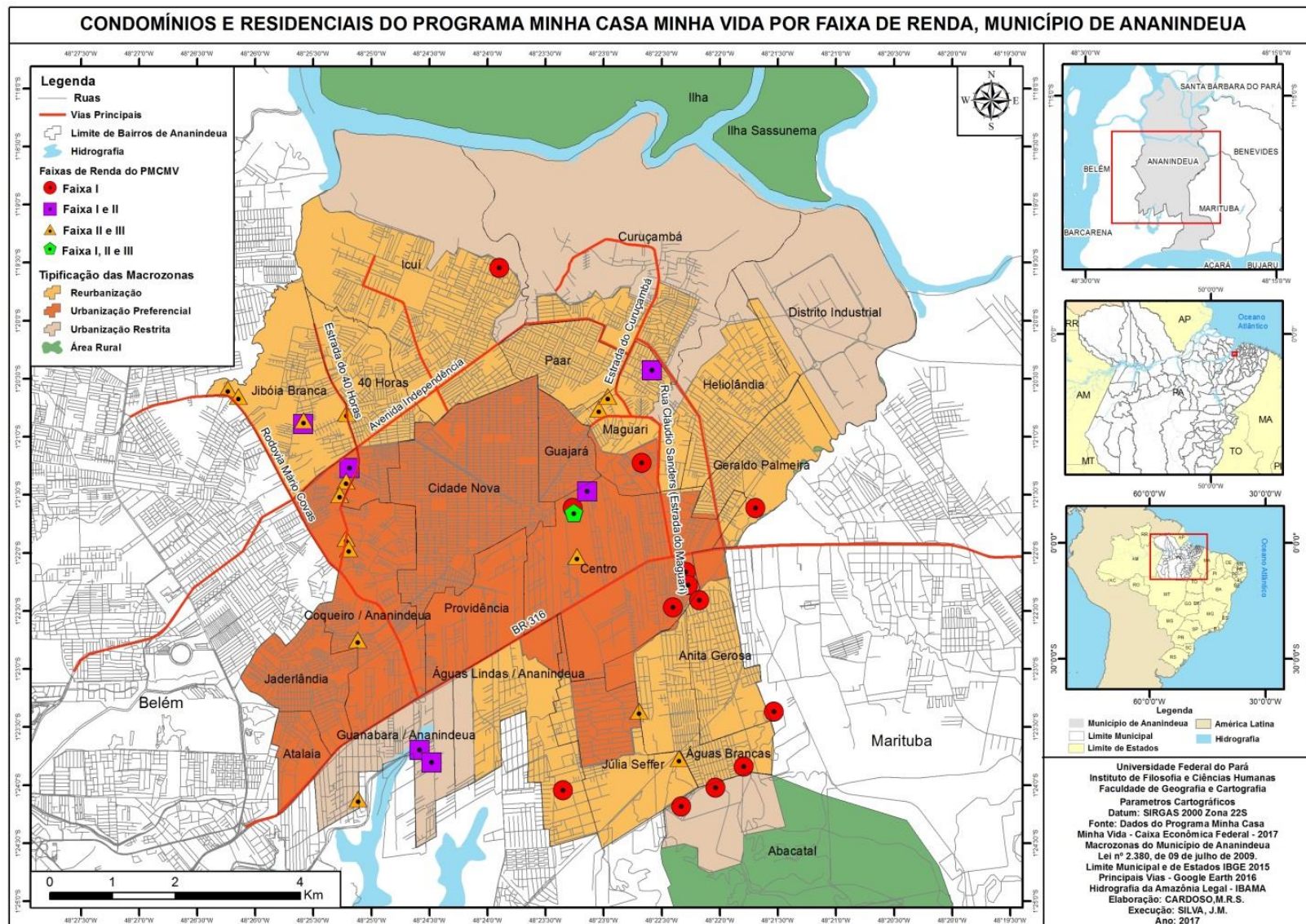


Figura 2 – Localização dos empreendimentos do PMCMV do município de Ananindeua, Pará, Brasil.

Fonte: Programa Minha Casa Minha Vida; Caixa Econômica Federal, 2017.



As figuras (3, 4, 5 e 6) mostram as condições e tipologias habitacionais, bem como as principais vias de acesso de dois residenciais, referentes às faixas 1 e 2 do programa PMCMV: o Residencial Bem Viver e o Residencial Solar do Coqueiro.

O Residencial Solar do Coqueiro é um empreendimento localizado na Av. Hélio Gueiros (Estrada do Coqueiro), bairro do Coqueiro (integrante da macrozona de urbanização Preferencial) (Figura 2). O trecho da avenida em questão localiza-se entre dois importantes eixos que interligam Ananindeua à capital - Belém - e aos demais municípios que integram a Região Metropolitana (Rodovia Mário Covas e Avenida Independência). É uma área privilegiada, dotada de equipamentos urbanos diversificados (farmácias, clínicas laboratoriais e grandes supermercados atacadistas).

Já o Residencial Bem Viver está localizado no bairro de Águas Brancas (integrante da macrozona de reurbanização), na Rua das Orquídeas, perto da Estrada Santana do Aurá (principal via de acesso ao residencial). O trecho principal da Estrada Santana do Aurá interliga o bairro à rodovia BR-316.

Algumas diferenças são evidentes em relação aos dois empreendimentos. Enquanto o Residencial Solar do Coqueiro encontra-se bem localizado e privilegiado, com equipamentos urbanos diversificados, o Residencial Bem Viver encontra-se nas franjas do perímetro urbano da cidade, em local de difícil acesso.



Figuras 3 e 4 – Padrão arquitetônico do residencial Solar do Coqueiro (à esquerda), Bem Viver (à direita) Fonte: Acervo do autor, 2016.



Figuras 5 e 6 – Trechos da Av. Hélio Gueiros (Estrada do 40 horas) (à esquerda) e confluência da rua das Orquídeas com a Estrada Santana do Aurá (à direita). Fonte: Acervo do autor, 2016.

Além da dificuldade de acessibilidade, ilustrada na figura 6, entrevistas com o representante comunitário do residencial apontaram a ausência do poder público, que não oferta serviços básicos à população, como transporte público, escolas, creches, postos de saúde, locais de esporte e lazer, etc. Infelizmente, esta é a realidade de vários outros empreendimentos visitados em pesquisa de campo.

Realidade não condizente ao estipulado no Macrozoneamento Urbano e Plano Diretor de Ananindeua (2006), cuja função social deveria, além do acesso à moradia, dar direito ao cidadão aos demais serviços e equipamentos urbanos.

Os exemplos acima revelam as particularidades nas formas e arranjos do espaço urbano da cidade de Ananindeua, mas, sobretudo, expõem a mudança que tais processos ocasionam no ritmo da população. A política habitacional implementada pelo PMCMV na escala local expressa, portanto, processos de produção de desigualdades socioespaciais iminentes à produção do espaço urbano que condicionam a reprodução ampliada do capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou analisar de que maneira o PMCMV interfere na produção de desigualdades socioespaciais, a partir da relação entre o PMCMV, produção do espaço urbano e desigualdades socioespaciais, na cidade de Ananindeua (Pará).



Os elementos teóricos da pesquisa tornaram possível a compreensão da escolha da localização dos empreendimentos, entendida como um ajuste espacial, resultado da produção capitalista do espaço, que tem, como expressão e condição, a produção de desigualdades socioespaciais (HARVEY, 2005; 2011). As manifestações no espaço urbano, em decorrência deste processo, revelam uma apropriação desigual do espaço urbano em virtude da valorização do espaço pelo capital, convertendo o espaço urbano das cidades como valor de troca.

A pesquisa, ainda em curso, procura construir / tecer diálogos a fim de aprofundar questões transversais, que podem gerar ou motivar trabalhos futuros a respeito do PMCMV na escala das cidades amazônicas.

Para o caso de Ananindeua, que tem passado por intensas transformações e metamorfoses no espaço urbano, em decorrência, sobretudo, pela produção de moradia, seria interessante questionar em que medida o PMCMV tem relação com o processo de financeirização da terra urbana e da moradia.

Refletir sobre esses aspectos geram variadas perspectivas para o entendimento do PMCMV e seu papel na produção do espaço urbano das cidades amazônicas e também possibilitam o pensar a respeito das atuais políticas públicas habitacionais, além da questão da moradia como direito social básico e irrestrito.

## REFERÊNCIAS

ANANINDEUA. **Lei nº 2.237/06, de 06 de outubro de 2006a**, Institui o Plano Diretor do Município de Ananindeua e dá outras providências. Disponível em <<http://www.ananindeua.pa.gov.br>>. Acesso em: 01 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Diagnósticos do Plano Diretor de Ananindeua**. Ananindeua: Prefeitura Municipal de Ananindeua, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Plano Municipal de Habitação de interesse social**. Ananindeua: Secretaria Municipal de Habitação, 2012.

ARANTES, P. F; FIX, M. Minha Casa Minha Vida: o pacote habitacional de Lula. **Correio da Cidadania**, 30 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/content/blogcategory/66/171>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (Org.). **Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 37-70.

CARDOSO, A. **Desigualdades urbanas e políticas habitacionais**. Rio de Janeiro: Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, s.d.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T.; ARAUJO, F. S. Habitação de Interesse Social: Política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (Org.). **O Programa Minha Casa, Minha vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-65.

CARDOSO, A. L., JAENISCH, Samuel Thomas. Nova Política, Velhos desafios. Problematizações sobre a implementação do programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana do Rio de Janeiro. **e-Metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, p. 6-19, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço**. São Paulo: Edusp, 1994.

\_\_\_\_\_. Diferenciação sócio-espacial. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.

\_\_\_\_\_. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

\_\_\_\_\_. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 25-36.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 3. ed. São Paulo: Editora Ártica S.A., 2000

\_\_\_\_\_. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 5. ed. Bertrand: Rio de Janeiro: 2003. p. 15-47.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 588 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, 2006.

\_\_\_\_\_. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, 2013.

\_\_\_\_\_. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, 2016.

\_\_\_\_\_. **Déficit habitacional no Brasil 2015:** resultados preliminares. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações, 2017.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. Space as a keyword. In: CASTREE, N.; GREGORY, D. (Org.). **David Harvey: a critical reader.** Malden e Oxford: Blackwell, 2006.

\_\_\_\_\_. **Espaços de Esperança.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_. O direito à Cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

LEFEBVRE, H. **Espacio y Política**, El Derecho a la Ciudad II. Traducción de Janine Muls de Liarás e Jaime Liarás Garcia. Barcelona: Edições Península, 1976.

\_\_\_\_\_. **A cidade do capital.** Tradução de Maria Helena Rauta Ramos & Marilena Jamur. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço.** Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. **La producción del espacio.** Traducción de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Á.; RUA, J.; MARAFON, G. J.; SILVA, A. C. P. da (Org.). **Metropolização do espaço.** Gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-34.

LIMA NETO, V. C.; FURTADO, B. A.; KRAUSE, C. **Estimativas do Déficit Habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012).** Brasília: IPEA, 2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Secretaria Nacional de habitação.** Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MINHA CASA MINHA VIDA. **Resultado do programa.** Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavidagov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas:** análise de Santarém e Marabá, Pará. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

\_\_\_\_\_. **Dinâmicas territoriais e desigualdades socioespaciais:** implicações do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no município de Ananindeua, Pará. Plano de Atividades para bolsistas de iniciação científica. Ananindeua: UFPA, 2016a.

\_\_\_\_\_. O Programa Minha Casa Minha Vida e as desigualdades socioespaciais: uma análise a partir da cidade de Marabá, Pará. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 47, p. 793-816, set./dez. 2016b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5752/p.2318-2962.2016v26n47p793>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUFINO, M. B. C. Transformação da periferia e novas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional. **Cadernos Metrópole (PUCSP)**, v.18, n. 35, p.217-236, abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3510>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.

THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v12i2.324>>. Acesso em: 27 dez. 2017.